

Proposta aprovada

Seminário Extensão Rural Enfoque Participativo (1. : 1987 : Porto Alegre, RS).

Folheto / 1987

Cód. Acervo: 12637

© Emater/RS-Ascar



Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.12287/12637>

Documento gerado em: 07/11/2018 18:44

O Repositório Institucional (RI) da Extensão Rural Gaúcha é uma realização da Biblioteca Bento Pires Dias, da Emater/RS-Ascar, em parceria com o Centro de Documentação e Acervo Digital da Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEDAP/UFRGS) que teve início em 2017 e objetiva a preservação digital, aplicando metodologias específicas, das coleções de documentos publicados pela Emater/RS- Ascar.

Os documentos remontam ao início dos trabalhos de extensão rural no Rio Grande do Sul, a partir da década de 1950. Portanto, salienta-se que estes podem apresentar informações e/ou técnicas desatualizadas ou obsoletas.

1. Os documentos disponibilizados neste RI são provenientes da coleção documental da Biblioteca Eng. Agr. Bento Pires Dias, custodiadora dos acervos institucionais da Emater/RS-Ascar. Sua utilização se enquadra nos termos da Lei de Direito Autoral, nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
2. É vetada a reprodução ou reutilização dos documentos disponibilizados neste RI, protegidos por direitos autorais, salvo para uso particular desde que mencionada a fonte, ou com autorização prévia da Emater/RS-Ascar, nos termos da Lei de Direito Autoral, nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
3. O usuário deste RI se compromete a respeitar as presentes condições de uso, bem como a legislação em vigor, especialmente em matéria de direitos autorais. O descumprimento dessas disposições implica na aplicação das sanções e penas cabíveis previstas na Lei de Direito Autoral, nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 e no Código Penal Brasileiro.

Para outras informações entre em contato com a Biblioteca da Emater/RS-Ascar - E-mail: biblioteca@emater.tche.br



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

EMATER-RS

associada à EMBRATER - M.Agricultura



SEMINÁRIO

Extensão Rural- Enfoque Participativo

SEMINÁRIO

Extensão Rural- Enfoque Participativo

Bases Filosóficas, Objetivos, Diretrizes/Estratégias
e Programas para a EMATER/RS

Proposta aprovada nos trabalhos do Seminário, dias
08, 09 e 10/07/87, com base nas reuniões prévias a nível Lo-
cal, Microrregional, Regional e Central.

Porto Alegre, julho de 1987.

S471p SEMINÁRIO EXTENSÃO RURAL; ENFOQUE PARTICIPATIVO,
Porto Alegre, 08-10 de jul. 1987. Proposta
aprovada. Porto Alegre, EMATER-RS, 1987.

52p.

CDU 63.001.8(816.5)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 - DESENVOLVIMENTO DO SEMINÁRIO	7
2 - PROPOSTA	9
2.1 - BASES FILOSÓFICAS	9
2.2 - OBJETIVO	9
2.3 - DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA ATUAÇÃO DA EMATER/RS .	10
2.3.1 - GERAIS	10
2.3.2 - QUANTO AO PÚBLICO	11
2.3.3 - QUANTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO	13
2.3.4 - QUANTO À ORGANIZAÇÃO RURAL	15
2.3.5 - QUANTO À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	15
2.3.6 - QUANTO À INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL	16
2.3.7 - QUANTO AO PLANEJAMENTO	18
2.3.8 - QUANTO À METODOLOGIA	19
2.3.9 - QUANTO À COMUNICAÇÃO	20
2.3.10- QUANTO A PROGRAMAS PRIORITÁRIOS	21
2.3.11- QUANTO A INSTRUMENTOS DE APOIO	25
ANEXOS	
1 - DISCURSO DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, JARBAS PIRES MACHADO	29
2 - APONTAMENTOS DO DISCURSO DO PRESIDENTE DA EMATER/RS, ENGO AGRº CLÓVIS ANTÔNIO SCHWERTNER	39
3 - Esquemas de trabalho para os Escritórios Municipais e Regionais	41
4 - Programa do Seminário	43
5 - Esclarecimentos sobre a programação	45
6 - Constituição dos grupos por tema	48
7 - Avaliação do Seminário	51

APRESENTAÇÃO

O conteúdo deste documento é o resultado do esforço de todos os funcionários da EMATER/RS, que participaram das diversas etapas da sistemática de trabalho proposta para o Seminário: Extensão Rural - Enfoque Participativo.

A realização deste Seminário representou, sem dúvida, um ponto de inflexão no processo de elaboração da política estadual de extensão rural. O objetivo de imprimir ao referido processo um caráter democrático e participativo foi alcançado.

Da mesma forma, o conteúdo da proposta aprovada, ao expressar os interesses de agricultores e funcionários, projeta um novo caminho para a extensão rural no Rio Grande do Sul. Na verdade, estamos construindo uma Nova Extensão Rural.

O conjunto de diretrizes e estratégias aprovadas pelos representantes das diversas unidades operativas são consideradas por esta Diretoria como orientação básica a ser seguida pela EMATER/RS no período 1987/91 e deverão estar consubstanciadas no Plano Diretor da Organização para esse período.

A elaboração desse novo Plano Diretor já está em desenvolvimento, porém é importante que, desde já, cada funcionário procure analisar e internalizar as diretrizes aqui apresentadas, bem como, considerá-las no seu processo de trabalho, e na operacionalização das suas ações de ATER, desde a etapa de levantamento e análise da realidade, passando às etapas de planejamento, execução, e avaliação.

Clóvis Antônio Schwertner
Presidente da EMATER/RS
pela Diretoria.

1 DESENVOLVIMENTO DO SEMINÁRIO

O processo de trabalho que deu origem às conclusões a seguir apresentadas teve início no mês de junho, quando cada unidade operativa da EMATER/RS recebeu as orientações sobre a sistemática de trabalho, bem como, os documentos e textos básicos para leitura e reflexão (Ver esquema em anexo).

A continuidade se deu a nível municipal, onde as equipes de Extensionistas em reunião com as lideranças e entidades do município discutiram e identificaram os problemas, necessidades e prioridades de atuação da Extensão Rural, a esse nível.

A seguir cada equipe municipal, com base na reflexão, no resultado das reuniões com as lideranças e na experiência prática extensionista junto ao público, discutiu e elaborou documento propondo objetivo, diretrizes/estratégias e programas para a EMATER/RS para o período 1987/91. Nos Escritórios Regionais e Central também foram discutidas e elaboradas propostas.

As propostas elaboradas a nível de município foram consolidadas numa etapa posterior, através de representantes de cada equipe municipal, em propostas microrregionais.

Finalmente, as propostas de cada microrregião (31), cada escritório regional (5), e cada Coordenadoria/Unidade do Escritório Central (9) foram entregues, como subsídio aos onze grupos de trabalho formados durante o Seminário. Cada grupo de trabalho desenvolveu e apresentou propostas sobre um tema, ou um grupo de temas interrelacionados. Essas propostas, submetidas a todos os representantes, na sessão plenária, com as devidas inclusões/exclusões ali aprovadas, são apresentadas a seguir.

2 PROPOSTA

2.1 - BASES FILOSÓFICAS

- O processo educativo dialógico é o caminho para a população rural ampliar o conhecimento da realidade e das possibilidades que tem para modificá-la na busca da sua promoção.

- A organização da população rural é condição fundamental para a participação no desenvolvimento.

- A Extensão Rural atua prioritariamente à nível comunitário, sempre que os problemas requeiram decisões coletivas para as suas soluções.

- A Extensão Rural considera a população rural agente ativo e responsável pelo seu próprio progresso, contribuindo na identificação de seus problemas, na solução dos mesmos e despertando aspirações de progresso sócio-econômico.

- A Extensão Rural se propõe a contribuir para que a população rural consiga níveis de vida mais satisfatórios, através de sua própria ação e mediante a mais correta utilização dos seus próprios recursos, valorizando seus conhecimentos.

- A Extensão Rural na sua atuação não poderá perder de vista a realidade e as necessidades da sociedade em geral.

2.2 OBJETIVO

Participar no processo de desenvolvimento rural através de uma metodologia de educação não formal participativa, e da organização da população rural prioritariamente junto aos pequenos e médios produtores rurais e suas famílias, bem como, aos agricultores e trabalhadores rurais sem terra e suas famílias, assentados nos projetos de reforma agrária, tendo como base a sua realidade, visando a elevação do nível sócio-econômico, cultural, político, tecnológico e a preservação do meio em que vive.

2.3 - DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA ATUAÇÃO DA EMATER/RS

2.3.1 - GERAIS

- Valorizar o homem como agente do desenvolvimento pela sua participação ativa na identificação de problemas e de respostas às suas necessidades reais.

- Estimular e apoiar a organização da população rural para que possa expressar e buscar a concretização de suas aspirações econômicas, sociais, culturais e políticas, respeitando as formas de organização existentes.

- Atuar na promoção de mudanças nos processos econômicos, sociais, tecnológicos e culturais no meio rural, e nas transformações estruturais.

- Atuar no aperfeiçoamento do fator humano para o bom desempenho das funções de decisão, de execução e de supervisão do processo produtivo e da comercialização.

- Colaborar para que sejam criadas, para o homem rural condições necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

- Contribuir para o esclarecimento da população rural quanto a necessidade de preservação e recuperação dos recursos naturais (solo, água, flora e fauna), de modo a alcançar maior harmonia entre o homem e a natureza.

- Participar na elaboração e execução das políticas agrícolas no nível Federal, Estadual e Municipal, com base na realidade rural.

- Planejar e agir em conjunto com outros órgãos e entidades que, direta e indiretamente, atuam, visando o desenvolvimento do meio rural.

- Participar do processo de reforma agrária desde o despertar da consciência crítica com relação ao problema fundiário e social, apoiando a organização dos agricultores sem-terra e suas entidades representativas.

- Estimular o questionamento dos agricultores em relação aos processos de comercialização de insumos e de produ-

tos, e seu adequado armazenamento.

- Atuar no esclarecimento da família rural quanto às finalidades do sindicato e da cooperativa, enfatizando a importância da sua participação nas decisões.

2.3.2 - QUANTO AO PÚBLICO

O público abrangido pela Extensão Rural é: o homem, a mulher, o jovem, a unidade familiar, os grupamentos, as organizações rurais, as entidades do setor agrícola e ensino, os trabalhadores assalariados e os sem-terra e as famílias rurais em geral, com assessoramento prioritário aos pequenos e médios produtores, respeitando as particularidades sociais, tipo de exploração, estrutura fundiária e a forma de organização comunitária.

DIRETRIZES

- Os produtores, detentores de estabelecimentos agropecuários subdimensionados e microfunditários alijados da economia de mercado e sem condições mínimas de sobrevivência familiar com o produto de seu trabalho, deverão ser apoiados pela Extensão Rural, no sentido de organizarem-se e buscarem, pela coletivização de fases ou de todo o sistema produtivo, a viabilização econômica de sua produção. A alternativa da inclusão destes produtores no PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) deverá ser levada em consideração).

- A Extensão Rural atuará junto aos assalariados e suas famílias visando:

- . qualificá-los, mediante um processo educativo adequado, de forma a favorecer o acesso ao mercado de trabalho, com possibilidade de ter uma remuneração digna;

- . aproximá-los das organizações de apoio;

- . orientá-los quanto as necessidades de sindicalização;

- . orientá-los quanto às formas de se beneficiarem do Programa Nacional de Reforma Agrária.

- Com relação aos sem-terra a Extensão Rural apoiará

e difundirá o PNRA participando do assentamento dos mesmos, e contribuindo para incluí-los no processo produtivo.

- Colaborará, a Extensão Rural, na organização da Mulher Rural combatendo a alienação, a passividade e a discriminação, para que participe sócio/econômica e politicamente no contexto global da sociedade, com consciência crítica responsável, evitando o aval conformista, na busca da transformação social.

- A Extensão Rural apoiará o jovem rural acompanhando seu desenvolvimento, desde a escola e posteriormente, para contribuir em sua formação integral, proporcionando-lhe a busca de soluções e atividades alternativas adequadas à sua realidade e qualificando-os para que participem efetivamente das decisões do meio em que vivem.

- O Latifúndio e a Empresa Rural não são público preferencial da Extensão Rural. No entanto, considerando as características regionais, os interesses da comunidade e a capacidade de atendimento desta, poderá a Extensão Rural, eventualmente, e não caracterizando assistência técnica individual, atendê-los, desde que isto não represente o comprometimento do objetivo de dar prioridade no atendimento ao pequeno produtor.

- Os produtores assentados pelo PNRA serão atendidos pela Extensão Rural dentro de um enfoque que objetive a produção para subsistência familiar e a colocação no mercado dos excedentes tendo em conta sua viabilização como unidade produtiva. A EMATER deverá adequar suas ações a este público, tanto no que se refere às tecnologias compatíveis com esta realidade, como na utilização de uma metodologia de Extensão que seja participativa e que reflita os anseios destas comunidades. Por tratar-se de um público com características próprias, deverá a EMATER/RS constituir Equipes Especiais, para atuar com assentados, com Extensionistas dotados de perfil adequado para este trabalho.

- A unidade familiar e de produção deve ser valorizada, estimulada, incentivada e orientada com vistas a organizar-se individual e coletivamente, para contribuir no desenvolvimento rural integral e a maximizar o resultado de suas explorações agropecuárias.

2.3.3 - QUANTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

Na concepção de desenvolvimento rural integrado estão contempladas, entre outras, as seguintes idéias básicas:

- o Desenvolvimento Rural Integrado não é possível sem o progresso social, mas este está intimamente relacionado ao aumento da eficiência das explorações agrícolas, das estruturas econômicas e dos serviços de apoio ao setor agroprodutivo;

- os múltiplos fatores do desenvolvimento (agrícola, econômico, infra-estrutural, social, cultural, político) requerem um nível mínimo de harmonização. Em determinadas circunstâncias e contextos, haverá proeminência de determinado conjunto de fatores em relação a outros;

- as ações em favor do desenvolvimento requerem um processo administrativo e gerencial com determinada articulação e coerência; muitas delas não se circunscrevem necessariamente à comunidade local, do município ou mesmo da região;

- pressupõe a elevação do nível de conscientização sobre os processos que determinam a estrutura sócio-econômica, bem como a participação crescente nas definições institucionais e nas decisões governamentais, particularmente no que se refere aos pequenos agricultores, aos assalariados e às famílias rurais em geral;

- é fundamental a participação ativa da população e das organizações rurais e sua responsabilização, particularmente quanto aos beneficiários diretos das ações de desenvolvimento;

- contempla as necessidades também das explorações agrícolas mais rudimentares e subestruturadas e das famílias rurais mais pobres de modo que o Desenvolvimento Rural Integrado se efetive com a máxima equidade social. Nesse sentido, propõe-se as seguintes diretrizes para a ação extensionista, associada à promoção do Desenvolvimento Rural Integrado.

DIRETRIZES

Situar a ação extensionista na perspectiva do desenvolvimento agrícola e social rural, tendo como fundamento a valorização integral do homem rural e a qualidade de vida para a sociedade em geral.

- Promover a conscientização político-social dos pequenos produtores e assalariados rurais.

- Estimular e apoiar a organização dos pequenos produtores, assalariados e do público rural em geral.

- Buscar o aprimoramento técnico-produtivo e de gestão agrícola, visando a elevação da produtividade e eficiência econômica e da renda agrícola, em conjugação aos demais fatores de promoção do bem-estar social rural.

- Prestar assessoramento técnico aos empreendimentos associativos, às entidades representativas e aos grupos de base, tanto em relação a questões agrotécnica e técnico-econômica, quanto sociais, culturais e políticas.

- Conferir prioridade às ações extensionistas na área de bem-estar familiar e social, no âmbito comunitário, onde essas linhas de ação forem consideradas pelas representações do público rural e pelo serviço de extensão, como fator fundamental do desenvolvimento rural integrado.

- Promover como um dos componentes do desenvolvimento rural integrado, atividades atinentes ao planejamento familiar e à educação sexual.

- Atuar para que o público rural conheça melhor e se utilize dos serviços, infra-estrutura e programas disponíveis que contribuem para o desenvolvimento, bem como atuar no aperfeiçoamento e adaptação destes instrumentos às necessidades das diferentes categorias sociais de agricultores.

- Atuar na mobilização das capacidades de realização e cooperação da comunidade às ações voltadas para o desenvolvimento rural, bem como na ativação das responsabilidades e comprometimento, das entidades e do público rurais.

2.3.4 - QUANTO À ORGANIZAÇÃO RURAL

Enquanto processo educativo, caberá à Extensão Rural informar todas as formas de organização possíveis, suas vantagens e desvantagens, bem como prestar apoio e assessoramento às organizações formais e informais existentes, dos beneficiários da Extensão Rural.

A organização será buscada como forma de viabilizar a integração e interação entre pessoas e grupos e com isto oportunizar os debates e análises sobre as questões que constituem objeto de sua atuação, bem como para atingir as metas da Empresa, as quais deverão estar em acordo com os interesses e aspirações das comunidades.

Quanto aos movimentos sociais do público comprometido, cabe à Extensão Rural apoiar, participar, acompanhar e assessorar, pois esses movimentos representam os interesses e as necessidades desses segmentos populacionais.

A Extensão Rural deverá buscar a integração com os organismos que dirigem as entidades formais dos produtores, a nível Estadual, especialmente pelos seus órgãos diretivos, bem como, a nível Regional, Municipal e comunitário.

2.3.5 - QUANTO À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

DIRETRIZES:

- Utilizar a tecnologia, seja a gerada pela pesquisa, pelo produtor, pela extensão ou pela interação entre elas, como instrumento para atingir o desenvolvimento do meio rural, respeitando as condições ambientais e culturais e considerando a necessidade de preservação do patrimônio genético existente em poder dos produtores.

- Melhorar a compreensão do produtor sobre as causas e conseqüências dos problemas identificados (processo educativo), possibilitando a escolha da tecnologia mais apropriada.

- Facilitar a harmonização entre a tecnologia existente e os recursos disponíveis da unidade produtiva (compatibilizar a tecnologia ao meio).

- Analisar técnica e socialmente as tecnologias disponíveis para resolução dos problemas do público.

- Participar na reformulação do currículo do ensino básico do meio rural, visando a conscientização do aluno sobre a realidade em que vive, e capacitá-lo para melhor compreensão dos processos tecnológicos.

ESTRATÉGIA

- Capacitar e utilizar a estrutura de suporte técnico já existente na organização, de forma a proporcionar melhor apoio técnico aos extensionistas e favorecer a integração com a pesquisa.

- Manter atualizado um inventário de tecnologia disponível para as diversas áreas de atuação da Organização.

- Integrar a extensão rural no planejamento dos programas de pesquisa.

- Capacitar os extensionistas para uma postura participativa.

- Avaliar localmente as tecnologias passíveis de serem aplicadas.

2.3.6 - QUANTO À INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

A integração interinstitucional será intensificada com instituições que tenham objetivos e interesses comuns e se relacionem com o desenvolvimento rural e com a assistência técnica e extensão rural, representando a EMATER/RS uma das instituições que faz parte de um conjunto na sua área de atuação.

Objetiva a otimização e racionalização do conhecimento científico e tecnológico dos recursos humanos, materiais, biológicos e financeiros disponíveis, evitando parale-

lismo e duplicidade de ação, com vistas à melhoria na qualidade de vida da população rural.

DIRETRIZES

- Participar na formulação, normatização e execução das políticas agrícolas oficiais, de âmbito federal, estadual e municipal, compatíveis com a realidade dos produtores, especialmente os pequenos.

- Apoiar e estimular a criação e funcionamento de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Agropecuário e Secretarias Municipais da Agricultura, levando-se em consideração as peculiaridades de cada município.

- Apoiar o programa de Casas de Agricultura e Abastecimento, enquanto forma participativa de articulação das entidades a serviço da comunidade e de fortalecimento aos programas do município, garantindo a individualidade técnica e administrativa da instituição.

- Buscar uma maior integração com os Órgãos de Comunicação Social, visando incrementar a divulgação do trabalho da EMATER/RS.

- Pleitear junto a Secretaria da Agricultura e Governo do Estado, uma política estadual de crédito agrícola, direcionada para o atendimento das pequenas propriedades rurais, a ser executada pelas instituições financeiras estaduais.

- Buscar uma maior aproximação/integração com o BNDES, com vistas à aplicação de recursos do FINSOCIAL, junto aos pequenos produtores.

- Buscar maior integração com os sistemas de Pesquisa e Ensino, de modo a facilitar a aproximação do pesquisador com a realidade da produção agrícola, especialmente da pequena propriedade, visando obter subsídios para uma adequação e direcionamento das futuras pesquisas e implementar linhas de ação que estabeleçam uma via de mão dupla, tendo como referencial o agricultor e suas dificuldades no processo de pro-

dução.

- Buscar a concretização de integração junto à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, Delegacias de Saúde, Unidades Sanitárias Municipais, Sindicato de Trabalhadores e dos Empregados Rurais, Cooperativas e outras entidades, a fim de que sejam elaborados, executados e avaliados programas, conjuntamente, em benefício da população rural.

- Buscar a concretização da aproximação com a Secretaria Estadual e as Secretarias Municipais de Educação e Cultura para adequação dos currículos escolares à realidade rural.

- Aprofundar as ligações e a aproximação com entidades de ensino, pesquisa, entidades representativas de produtores rurais e religiosas, formalizando, a nível estadual, apenas Convênios - "guarda-chuva" e deixando para o nível regional/municipal os instrumentos específicos para a implementação de ações integradas.

2.3.7 - QUANTO AO PLANEJAMENTO

DIRETRIZES

- O planejamento é entendido como um processo acelerador do desenvolvimento organizacional e da comunidade.

- O processo de planejamento deve estar embasado:

a) na expressão da vontade da população rural;

b) no uso adequado e oportuno dos recursos disponíveis.

- O plano deve expressar as ações que a EMATER/RS realizará junto à população, como entidade integrante de um sistema de promoção do desenvolvimento rural.

- O plano é o produto de um processo participativo que contempla os anseios das comunidades rurais e as diretrizes governamentais voltadas para o desenvolvimento das populações rurais, dentro do contexto da sociedade como um todo.

As diretrizes governamentais deverão ser analisadas de forma crítica e conjunta com as comunidades.

ESTRATÉGIA

O processo participativo acontece desde o nível municipal tendo início no diagnóstico da realidade rural, onde a equipe de extensão, integrada com outras instituições, assessora o público compromisso da Extensão Rural a identificar suas potencialidades, problemas e limitações.

Num segundo momento, identificam-se as alternativas, as soluções e a parcela das ações que cabe a cada um, inclusive às diferentes instituições no âmbito municipal.

Em muitos casos, a integração é reforçada através de mecanismos formais como conselhos, comitês ou comissões, organizados justamente para promover o desenvolvimento rural integrado e do qual fazem parte os sindicatos, cooperativas, prefeituras e órgãos de apoio ao setor primário.

A nível Regional e Estadual a integração se dá, tendo em vista, especialmente, o desenvolvimento de ações em apoio ou suporte aos programas municipais. Ela se processa principalmente nas áreas de pesquisa agropecuária, ensino, cooperativismo, saúde, saneamento básico, crédito rural, meios de comunicação e outros, como também na compatibilização entre as necessidades e intenções dos produtores rurais e suas famílias e as definições e políticas governamentais.

O planejamento é contínuo e acontece durante o ano. Registros finais e reajustes, em junho.

Controle e avaliação definidos em função dos objetivos finais.

2.3.8 - QUANTO À METODOLOGIA

- A metodologia é um instrumento de apoio à Extensão Rural, cujo objetivo é conciliar, através de um processo dinâmico e contínuo de comunicação, as perspectivas da Empresa, na forma participativa e dialógica, com as aspirações econômicas, sociais, culturais e políticas das comunidades rurais.

- A metodologia, na Extensão Rural, deve proporcionar a democratização dos meios e métodos trabalhados, para que sua utilização se realize num processo de decisão conjun-

ta e co-responsável, visando o desenvolvimento integrado das comunidades.

- A metodologia deve utilizar-se de todos os mecanismos que promovam a participação do público da Extensão Rural, dando preferência aos métodos grupais, para que sua comunicação se processe de forma adequada e permanente, dando aos municípios a autonomia de selecionar aqueles que lhes são mais adequados às suas características regionais.

- O uso metodológico deve basear-se nos fundamentos técnicos de sua utilização, levando em consideração o público, a realidade regional e os recursos existentes.

- A questão fundamental da metodologia não está nos métodos e meios em si, mas na postura assumida por quem os executa. Uma postura baseada no diálogo e no senso crítico se traduz num processo de comunicação horizontal (duplo sentido), onde os envolvidos procuram interpretar e modificar uma realidade.

- Capacitar e reciclar periodicamente, os extensionistas em conhecimentos de psicologia, pedagogia, sociologia rural, antropologia, comunicação, metodologia e educação, com a finalidade de melhorar o trabalho, levando em consideração, não apenas as questões tecnológicas, mas as implicações sociais das ações desenvolvidas.

- Manter as áreas de apoio capacitadas e especializadas através de cursos, com ênfase na metodologia e comunicação.

- O processo participativo e dialógico utilizado na comunicação e metodologia deve ser um exercício indispensável, a ser utilizado em todos os níveis hierárquicos da empresa e não só com o ambiente externo.

- A identificação dos problemas comuns, como resultado de um diagnóstico, é o ponto de partida para a adequada utilização dos métodos e meios na Extensão Rural.

2.3.9 - QUANTO A COMUNICAÇÃO

- A comunicação a serviço da educação é de fundamental importância para a ação extensionista junto ao seu público.

co específico, sendo necessário ampliar e dinamizar as condições de seu uso como forma de melhorar a qualidade do processo metodológico/educativo na Extensão Rural.

- O uso da comunicação deverá proporcionar a todos o acesso aos programas de desenvolvimento, não com persuasão ou imposição, mas como um canal de discussão das diferentes realidades e de divulgação de informações que possam contribuir para a solução de problemas.

- Deverá ser preocupação de todo o extensionista a busca de espaços nos meios de comunicação.

- Elaborar conteúdos programáticos dos cursos de capacitação inicial e metodologia, adaptados às necessidades dos novos tempos e à exigência de uma comunicação dialógica, crítica e não persuasiva.

- A ação educadora do profissional da Extensão Rural requer como pré-requisito o seu preparo para a sociedade, devendo este ser instrumentalizado, dentro de um conhecimento das relações sociais, políticas e técnicas, resultando destes conhecimentos uma postura mais crítica, uma maior preocupação com o conteúdo e não com os enfeites, tendo ainda como requisito básico o diálogo. Esse diálogo, deve estender-se a outras instituições, universidades e principalmente às comunidades rurais.

2.3.10 - QUANTO A PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

DIRETRIZES

- O conteúdo dos programas deverá obedecer ao que está definido nas bases filosóficas, objetivos e diretrizes da EMATER/RS.

- Os programas de trabalho devem obedecer as peculiaridades locais e regionais, logo, deverão ser estabelecidos a partir do levantamento e análise da realidade e do processo de participação das comunidades envolvidas direta e indiretamente .

- Por se tratar de fatores fundamentais para a sobrevivência da humanidade todos programas deverão incluir es-

forços no sentido da conscientização para a necessidade de preservação e recuperação do ambiente natural e para a racionalização do consumo energético a nível de propriedade/comunidade, e especialmente, incorporar ações de recuperação, conservação e preservação dos recursos Solo e Água.

- Considerando-se a crescente monopolização do mercado, é recomendável, mediante a análise da realidade local, que cada propriedade se dedique e se especialize na produção de poucos produtos destinados ao mercado, sem que isso signifique o abandono da produção diversificada para consumo na propriedade/comunidade/grupo (alimentação humana e animal), com a venda dos excedentes.

- A nível institucional a EMATER deverá manter os chamados programas especiais (Reforma Agrária, Microbacias, PME, FAE, PROVÁRZEAS, PROFIR, etc.) e outros de interesse que possam ser agregados como forma de continuar carreando os recursos que são significativos e imprescindíveis. As ações destes programas especiais a nível Regional e Municipal serão incorporadas nos Programas Prioritários, definindo-os como tecnologias e práticas de apoio nos trabalhos emergidos dos anseios das comunidade rurais.

- Os programas desenvolvidos pela EMATER/RS deverão incorporar o assessoramento ao público compromisso com relação aos mecanismos de mercado, formas alternativas de comercialização e necessidades relativas ao abastecimento dos Centros Urbanos, bem como o auxílio na sua organização para atingir benefícios de mercado.

ESTRATÉGIA

Assim sendo, os programas de trabalho poderão ser consolidados em quatro grupos:

1) - Programa de Organização e Desenvolvimento Social Rural

Objetivo

Atuar em apoio à organização das famílias rurais através de um processo educativo não formal e dialógico, vi-

sando a criação e o fortalecimento das suas instituições para, através da eliminação das barreiras, buscar o desenvolvimento e o bem-estar, participando das mudanças sociais, e entre outras possibilidades, buscar a melhoria da saúde, alimentação, habitação e educação.

Estratégia

- Discussão a nível de família, grupos e comunidades a fim de estabelecer as suas prioridades.

- Apoiar as famílias/grupos/comunidades, na busca de respaldo institucional, público ou privado, para atender as necessidades das atividades a serem desenvolvidas.

- Articular com as entidades de representação (sindicatos), de apoio (associações, cooperativas, igrejas, etc.) e órgãos públicos, de modo a somar esforços em favor do povo rural em todas as áreas de interesse das coletividades.

Articular com as entidades responsáveis pelas questões de educação, saúde, habitação, saneamento básico, etc.

2) - Programa de Produção e Diversificação das Atividades de Criação Animal

Objetivo

Assessorar as famílias na escolha das principais atividades de mercado a serem desenvolvidas, bem como na adequação da diversificação a ser implantada, de forma a atender as necessidades ditadas pela realidade local e regional e as condições e interesses da família rural.

Assessorar as famílias quanto a adequação das tecnologias mais apropriadas técnica e economicamente às suas condições econômicas e sociais e às condições edafo-climáticas da localidade.

Estratégia

Discussão a nível de família, grupos e comunidades para estabelecer as prioridades, mediante análise conjuntural e gerencial.

Apoiar as famílias/grupos e comunidades na busca de respaldo institucional, público ou privado, para atender as necessidades das atividades a serem desenvolvidas.

Apoiar e assessorar as famílias na discussão e análise de mercado e sua organização para auferir benefícios de compras e vendas.

Apoiar e assessorar as famílias, grupos e comunidades, na implantação de pequenas e médias agroindústrias.

Apoiar e assessorar as famílias, grupos e comunidades em termos de armazenagem.

3) - Programa de Produção e Diversificação das Culturas

Objetivo

Assessorar as famílias na escolha das principais atividades de mercado a serem desenvolvidas, bem como adequação da diversificação a ser implantada, de forma a atender as necessidades ditadas pela realidade local e regional e as condições e interesse da família rural.

Assessorar as famílias quanto a adequação das tecnologias mais apropriadas técnica e economicamente às suas condições econômicas e sociais e condições edafo-climáticas da localidade.

Estratégia

Discussão a nível de família, grupos e comunidades para estabelecer as prioridades, mediante análise conjuntural e gerencial.

Apoiar as famílias/grupos/comunidades na busca de respaldo institucional, público ou privado, para atender as necessidades das atividades a serem desenvolvidas.

Assessorar as famílias na discussão e análise de mercado e sua organização para auferir benefícios de compra e vendas.

Apoiar e assessorar as famílias, grupos e comunidades, na implementação de pequenas e médias agroindústrias.

Apoiar e assessorar as famílias, grupos, e comunidades em armazenagem.

2.3.11 - QUANTO A INSTRUMENTOS DE APOIO

a) Crédito

O crédito rural constituir-se-á em instrumento de apoio ao desenvolvimento das atividades da extensão rural, com vistas a proporcionar suporte financeiro à unidade familiar e/ou de produção e às comunidades, de modo que estas possam implementar os melhoramentos de natureza sócio-econômica de que carecem.

- Direcionar o crédito rural para atendimento da propriedade rural (visão sistêmica).

- Participar efetivamente na seleção do público beneficiário do crédito rural, junto aos agentes financeiros.

- A atuação da extensão rural nos programas especiais deverá se dar prioritariamente em relação ao público comprometido.

- Desenvolver de forma participativa junto às unidades familiares e/ou de produção e suas comunidades, estudos que permitam identificar e priorizar necessidades em crédito rural.

- Utilizar os estudos elaborados com e para as unidades familiares e/ou de produção e suas comunidades na formulação de programas especiais de crédito a serem apreciados pelas autoridades governamentais, com vistas a alocação de recursos.

- Priorizar a alocação de recursos financeiros a associações formais e/ou informais de produtores, com vistas a viabilizar o desenvolvimento de atividades de natureza associativa - condomínio, APSAT's, armazenagem, eletrificação rural, bacias e outros.

- Desenvolver um sistema informatizado, que permita o acompanhamento, avaliação e controle de remuneração, da aplicação de recursos do crédito rural.

- Estabelecer políticas com os agentes financeiros, visando adequar os convênios às atribuições de ATER (revisar os atuais convênios).

- Constituir um grupo de trabalho permanente, com a finalidade de elaborar programas, planos e projetos a serem propostos aos organismos financiadores e/ou outros órgãos, com vistas a captação de recursos financeiros ou outras finalidades para apoio ao trabalho de Extensão.

b) Administração Rural

A extensão Rural utilizará os conhecimentos da Administração Rural para assessorar o público compromisso nas tomadas de decisões. Ao mesmo tempo, métodos simples de Administração Rural deverão ser trabalhados junto com as famílias, de maneira a permitir que estas se apropriem de formas adequadas de análise de custos e benefícios nos seus empreendimentos.

ANEXOS

DISCURSO DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO,
JARBAS PIRES MACHADO

Meu caro presidente Dr. Clóvis Schwertner e seus dignos diretores da EMATER, Administrativo e Técnico, Dr. Suimar Bressan e Dr. Laurindo Ziulkoski, senhores participantes deste Seminário, nossos amigos da imprensa, senhoras e senhores. Este encontro seguramente vai ter um significado muito importante na atividade primária do Rio Grande do Sul nos próximos tempos. Eu tenho absoluta convicção de que assim será.

Quando as pessoas, que vindas do campo, trazem na sua bagagem a realidade, a problemática, o desejo e o anseio de progredir, seguramente em um exercício conjunto de encontrar soluções, haverão de encontrar propostas, as mais pertinentes possíveis para o momento e para a situação que se vive.

Eu penso que não deveria, no dia de hoje, na abertura desse encontro final, que os senhores realizam, quase que de um processo de discussão, abordar questões que fossem circunscritas, única e exclusivamente a atividade da EMATER pura e objetivamente. É verdade que ele tem um sentido mais amplo, tem um objetivo mais amplo.

Nós não precisamos fazer grandes análises, grandes questões para entendermos que estamos vivendo um momento diferente em nosso País. Não vamos nem entrar no mérito na qualificação desse momento, mas, inegavelmente, ele é diferente. E, se ele é diferente, há que se estabelecer suas características básicas, até como ponto de referencial, como indicador, como balizador importante numa linha de ação.

O Brasil vive um momento de transição histórica, inclusive, por quanto está em elaboração uma nova constituição para o País. Uma constituição que colocará abaixo dela todas as leis até hoje existentes, nosso código civil, nosso código penal, todas as resoluções do presidente da República, de Ministro ou de Conselho Monetário, tudo que for, tudo que existir de lei, de regulamentação até aqui, inclusive as constituições estaduais, as cartas orgânicas dos municípios.

Tudo isso ficará "sob judice", no momento que for promulgada a nova constituição do País. Todas estas leis só persistirão se permitidas, se admitidas no bojo, no seio dessa nova constituição. Ora, esta é uma questão fundamental e primordial, essa indefinição que nós teremos a alguns meses e que vai atingir seu epicentro, quando estivermos no limiar ou mesmo durante os trabalhos de plantio da próxima safra de verão. O País renascerá como a nova semente, que esperamos, de poder germinativo bom, fértil, vigorosa e que brote os balizamentos fundamentais de uma nação democrática e progressista, que, ao lado de se preocupar com o progresso, preocupe-se também com o bem estar social da sua população como um todo. Isso deverá acontecer neste segundo semestre. Há ené alterações no campo político que vão se suceder, em função disso. A partir do regime político que o País vai estabelecer, ou se nós vamos ter presidencialismo, ou se teremos parlamentarismos, as modificações que irão ocorrer nos estados por determinação da própria constituição federal etc. etc. A par desta questão institucional e política, o nosso país estará vivendo uma outra transição, uma transição no campo econômico.

As tentativas que hoje são feitas de domar o processo inflacionário brasileiro, elas obviamente conseguem atingir seus objetivos de curto prazo ou freiam o seu desenvolvimento no curto prazo, mas, obviamente, que a questão inflacionária brasileira é uma questão estrutural. Não é uma questão conjuntural de gestão das finanças públicas ou de como se mexe os cordões da política monetária brasileira. Ela tem raízes estruturais mais profundas. O propalado déficit público da união, não é o que o governo gasta em salários, ou em obras ou em custeio. É o que o governo gasta em pagamento de juros ao sistema financeiro.

Então existem questões estruturais que não serão alteradas de uma hora para a outra, a não ser a partir de um jogo democrático e de uma nova constituição, que irá estabelecer e determinar. Nós vamos viver também aí uma transição em que a política econômica do País ao olhar para um lado a questão da mudança institucional que se processa, até a mudança de regime de governo, desde aí até as questões externas de negociação da dívida externa e a pressão dos estados para a rolagem e solução do seu próprio endividamento. Isto trará questões a serem resolvidas no segundo semestre na economia brasileira.

Ora, por outro lado, como fica a questão agrícola? E como está a política em nosso País? Nós não podemos imaginar que estas modificações, estas transições todas na vida política, no mundo econômico brasileiro, vão se fazer, vão se processar, sem que a política agrícola sofra qualquer alteração. Obviamente que ela vai andar ao sabor destes acontecimentos. Espero que ela não derive para o caminho que começou a tomar, como há 15 anos atrás, com as últimas modificações da política agrícola. É muito importante nós olharmos esta questão em relação à política agrícola, não tem muito de diferente do que já aconteceu há alguns cinco anos atrás, quando uma experiência semelhante foi adotada em relação à política agrícola.

A indexação geral de todos os custos e a correção de preço, com eliminação de qualquer subsídio explícito, dado a fonte de produção, com a intenção de eliminar-se qualquer atitude irreal ou qualquer subsídio à agricultura. Isto é o que foi estabelecido nas últimas medidas da economia agrícola. O que nós não só estranhamos, mas como manifestamos a nossa discordância. Aliás, o Rio Grande do Sul já manifestou oficialmente sua posição a este respeito, tanto através da Secretaria da Agricultura, como o próprio Governador do Estado, referendou e fez eco às posições assumidas pela Secretaria da Agricultura, neste particular. Nós já assistimos este filme outra vez e estranhamos, a mesma pessoa que, em 1982, adotou estas medidas em relação a agricultura, desde a Secretaria Geral do Ministério da Fazenda, foi outra vez chamada este ano, e esse conseguiu, novamente, impor sua mesma linha de pensamento sobre a agricultura. Novamente colocando as questões que em 82 haviam sido colocadas e também não sem a forte inspiração e exigência do mundo credor externo.

Os Estados Unidos subsidiam largamente sua produção agrícola, mais de 100 bilhões de dólares é o que o Estados Unidos estão gastando, esse ano, em subsídio a sua agricultura. É mais ou menos toda a dívida externa brasileira, que eles gastam em um ano em subsídio a sua agricultura. A Europa, toda ela, subsidia sua agricultura, o Mercado Comum Europeu, quando subsidia pouco, subsidia em 25% sua produção agrícola. Se nós formos ao leste Europeu, todos os países sob regime socialista, subsidiam a sua produção agrícola. A Rússia e a Chi-

na. A Rússia chegou a terminar com vários Ministérios que existiam sobre a atividade agrícola, criando o Ministério da Agroindústria, integrando todo o setor rural e aumentando significativamente os subsídios a seus alimentos. Sempre fez isso e continua fazendo. O Japão chegou, no início da década de 80, a subsidiar em 56% o valor de sua produção agrícola.

No Brasil, se quer inventar a roda novamente, pensando que é possível de fazer agricultura sem subsídio. Não existiu e nem se conseguirá fazer isso. O máximo que se consegue fazer é transferir de uma rubrica para outra o valor do subsídio. Quando se indexar todos os custos no preço, o preço mínimo dos produtos agrícolas, seguramente não haverá poder aquisitivo do consumidor capaz de absorver este custo e o governo terá que subsidiar no consumo. Aliás, ele já está querendo fazer isso em relação ao arroz e em relação a carne. Se esta sistemática, que eliminou o IPP e IPR e indexou de maneira geral a agricultura e todos seus custos, tivesse sido adotada no ano que passou, o arroz e o feijão, hoje, estariam custando três vezes mais do que custam atualmente. Se esta sistemática tivesse sido adotada, seguramente os produtos de primeira necessidade, alimentação básica de nosso povo, iriam pontear, em termos reais, a inflação, isto é o que subir o carro, ou automóvel, a casa própria, a construção civil, todos os custos que possam ter e interferir, os juros, todos eles, os gêneros alimentícios, vão pontear estes custos inclusive com efeitos reais, porquanto a taxa real de juros na agricultura é a mais alta do mundo, e adotada atualmente em termos reais. Ora, quando se fala em subsídios à agricultura, a primeira distinção que eu quero fazer é que subsídio à agricultura não tem nada que ver com subsídio que era dado ao trigo, e que, inclusive, é uma luta muito antiga no Rio Grande do Sul para supressão do subsídio ao trigo. Subsídio ao trigo não era à agricultura, por que ele não beneficiava nem o produtor nem o consumidor. Era feito de uma maneira absolutamente discriminada em que o benefício era muito mais da indústria moageira, caracterizada, tomada por multinacionais, na sua grande maioria, com o fim dos moinhos coloniais, do que propriamente com alguma ação do governo, que quisesse subsidiar a atividade agrícola.

Assim é que se subsidiava a cola para a indústria madeireira, o bolo, o chocolate, o biscoito, toda a pizza e o cachorro-quente que fosse vendido tinha o subsídio explícito do governo, que gastava 2 bilhões de dólares com este brinquedo por ano, que era excelente para os produtores de trigo, dos Estados Unidos, do Canadá, da França e da Argentina, mas não ajudou nem os produtores de trigo, nem os consumidores brasileiros. Não é deste subsídio que eu estou lamentando a retirada, deste eu lamento o atraso. Eu lamento é a retomada da visão de que seja possível fazer agricultura indexando-se todos os custos e o governo, se puder, depois, vai subsidiar alguma ponta do consumo. Ora, a quem beneficia este benefício.

Antes de se responder esta pergunta, é importante que se esclareça, claramente, qual é o sentido de um subsídio à agricultura e seu sentido de uma política de preços mínimos na agricultura. Ora, não foi para beneficiar o produtor que foi criado o subsídio à agricultura ou ao crédito ou qualquer coisa desta ordem, nem é com este objetivo que os países subsidiavam a sua agricultura. O subsídio à agricultura nada mais é do que um investimento social que o governo faz para que a população tenha alimentos mais baratos. O produtor não é o objeto nem o alvo do subsídio. Não é a ele que é dado, mas obviamente que ele se beneficia, na medida que a população como um todo se beneficia, se alargam os mercados de consumo e se amplia a sua possibilidade de atuação nestes mercados.

O subsídio à agricultura não é dado ao produtor, mas para que a comunidade tenha alimentos baratos. Sempre que você retira o subsídio da agricultura, você transfere através dos alimentos, agregados aos ativos financeiros bancários e agregados aos ativos comerciais da indústria de distribuição oligopolizada plena em nosso País. Então, quando se escolhe o caminho da indexação plena, dos custos na produção agrícola, na realidade se irá reduzir o consumo, com isso gerando excedentes exportáveis, que nós temos. Irá se transferir, literalmente, pela via da agricultura, ativos financeiros enormes e irá transferir ativos comerciais enormes. Quando foi adotada esta política, em 1982, o Banco do Brasil, que tinha mais de 80% dos seus ativos na agricultura, passou a ser o primeiro Banco do mundo em rentabilidade.

É muito importante para ver como este mecanismo é extremamente pernicioso, extremamente nefasto à uma política agrícola. Obviamente que esta questão terá que ser vista, terá que ser repensada. Não acredito que esta prática possa perdurar por muito tempo como uma política em nosso país, apesar de que ela ainda não foi vista na sua plenitude.

Muitas vezes, os produtores estão achando que estas medidas aí são boas, não tem correção dos preços mínimos todos os meses etc. etc. Quando começar a retração de mercado, quando começar a impossibilidade da transferência destes custos ao mercado de consumo surgirão os problemas. Seguramente, no início do próximo ano, esta safra que será plantada neste semestre vai enfrentar estas dificuldades.

Estes dados de conjuntura política, de conjuntura econômica e de conjuntura de política agrícola são algumas variáveis que nós devemos ter em conta para discutir alguma coisa de nosso trabalho. Elas devem ser levadas em conta, como alguma turbulência que se vai enfrentar ao longo da rota, mas não é isso que deve determinar a rota de nosso trabalho. E como bons navegadores, nós deveremos saber aonde é que estarão as dificuldades, as turbulências. Mas o nosso destino não é pura e simplesmente resolver a turbulência. Nosso destino é viabilizá-la, batizá-la e seguirmos num determinado rumo, num determinado trabalho.

No caso concreto do Rio Grande do Sul, a par de olharmos todas estas questões, obviamente nós temos que olhar o quadro geral do Estado. Existem alguns fatores que nós precisamos levar em conta. Primeiro lugar como está a produção animal de nosso Estado. Nós temos aí alguns números que devem nos fazer pensar. Primeiro, nós temos uma pecuária extensiva, que ocupa 52% do território gaúcho, e que produz menos carne do que a produção gaúcha de frangos, e que, há cem anos, tinha uma produtividade de 10%. Os últimos dados indicam uma produtividade de 9%.

Este é um fato significativo, nós temos outros ramos de atividade que precisam e devem ter atenção do Estado. A questão da suinocultura, a própria questão da avicultura, a questão da piscicultura, entre outras alternativas de produção animal, aonde a pecuária leiteira precisa e deve ter uma atenção muito especial de nossa parte.

Se nós formos olhar o lado da produção vegetal, nós veremos que temos parâmetros de produtividade a serem alcançados. Nossa produtividade em soja não chega perto da produtividade do Paraná, por exemplo. Ela pode e deve ser melhor. É verdade que nós temos aí questões estruturais, como a da própria conservação, fertilidade, correção do solo. Se nós olharmos a nossa produtividade em milho, ela é absolutamente miserável. Se nós tivéssemos, hoje, 5 mil quilos por hectare de milho como produtividade, isso não seria nenhum fenômeno, mas nós vamos ter boa vontade para que a estatística indique 2 mil quilos.

O feijão é um fenômeno extremamente sério. No século XVII, o Rio Grande do Sul já plantava milho e feijão. Não sei até que ponto a nossa produtividade melhorou de lá para cá. Nós precisamos integrar a produção vegetal à nossa pecuária extensiva e, precisamos agregar a produção animal às zonas de monocultura vegetal existentes em nosso Estado.

A par dessas questões, nós temos questões sociais relevantes, quem trabalha em extensão rural, no campo, é um pouco de tudo. É desde o padre confessor ao médico. É do amigo ao amparo fundamental, é alguém que vai olhar uma planta e muitas vezes encontra uma calamidade familiar, um processo educacional em decomposição, uma falta de saúde ou de previdência. Encontra condições de vida e miserabilidade ao lado da destruição dos solos, encontra não apenas o desrespeito à fauna e à flora, mas fundamentalmente o desrespeito à pessoa humana.

Quem faz extensão rural enfrenta todos esses dramas e não há que se fechar os olhos. Há que se olhar essa realidade. Há que denunciá-la. Há que se buscar soluções. Por isso, que nosso trabalho, antes de ser um trabalho ligado à agricultura e comprometido com a agricultura, pura e simplesmente, é uma agricultura feita em função do homem, em que é exatamente com a população rural que está o nosso compromisso social. Se há um organismo do Estado, que pode atingir com mais capacidade, com mais rapidez, com mais veemência, mais diretamente este universo de pessoas, que são aos milhares no Rio Grande do Sul e que carece de uma ação e de amparo do Estado, esse organismo é a EMATER. Nenhum outro organismo do Estado tem hoje a capacidade, a ligação com esse universo de pessoas, com esse universo de problemas, como tem a EMATER.

Isto é muito importante: que quando chegarmos lá, não façamos vistas grossas aos problemas. Assim, com a mesma solidariedade que procuramos estender a mão e ajudar, o fazemos, não de maneira paternalista, como um viajante que chega para trazer uma bala à criança faminta, que espera à beira da cerca, mas como um amigo que se soma a ele, com mais conhecimento, com mais vivência de mundo, com a bagagem de conhecimentos maiores, mas como um amigo, que se soma a ele na solução e na busca de soluções de seus problemas, em que ele fundamentalmente comanda as ações da busca de soluções para si próprio.

Nenhuma ação consegue ter um efetivo efeito social, quando ela é feita de maneira paternalista. Se as ações paternalistas fossem importantes, ou dessem resultados para solução da miséria e das dificuldades de um povo, o nordeste seria, todo ele, um hotel de 5 estrelas e a indústria da fome não existiria. A Aliança para o Progresso já teria resolvido todos os problemas nacionais. As ajudas de custos às populações africanas e índias já teriam eliminado a fome da humanidade. Não são essas atitudes, essas ações que eliminam os problemas da humanidade. Os problemas da humanidade são eliminados quando o próprio povo assume o seu destino e resolve lutar por ele.

O trabalho da extensão rural, tem que enfrentar e conhecer essa problemática e colocar-se ao lado, não em substituição ao esforço das comunidades na solução de seus problemas. Por isso, é de fundamental importância para o Rio Grande do Sul, não diria apenas para o Governo do Estado, o trabalho que a EMATER tem e terá pela frente nos próximos tempos. É uma realidade nova, com desafios novos, com uma característica e com uma conjuntura absolutamente nova.

É claro que, para isso, e na visão de todas essas questões, nós tínhamos que readaptar toda a estrutura da Secretaria da Agricultura e Abastecimento como um todo, para um novo momento, para uma nova situação. No momento, em que quis olhar para frente, longe de qualquer outro interesse, de qualquer curto prazo, que não o interesse fundamental de lançar bases novas, por uma nova visão de trabalho e de perspectiva para a nossa economia rural no RS. Daí o surgimento como um primeiro esforço dessa nova sistemática, dessa nova orga-

nização da Casa da Agricultura e Abastecimento. Sem dúvida nenhuma, vai ser um trabalho, uma luta muito grande para que se consiga a plenitude dos objetivos que se têm com a criação das Casas da Agricultura e Abastecimento. Entre eles uma premissa básica é fundamental: se existe coisa que o homem maior tem dificuldade de se desfazer é do poder. O poder advém do ter ou do saber. O homem tem poder porque sabe coisas ou porque possui coisas, e é muito difícil ele abdicar das coisas que possui ou das coisas que sabe. Muitas vezes é o pesquisador mais erudito, o que menos transmite o que aprendeu, o que sabe.

Ah, se a extensão rural tivesse, o dia-a-dia das descobertas da pesquisa. Mas é muito difícil abrir mão do poder. É muito difícil democratizar, socializar a posse desse bem, que é social. Assim também, é muito difícil a todos os organismos do Estado, abrir mão da estrutura que têm, do poder que têm, do poder que têm de decidir como vão trabalhar. Abrir mão desse poder em favor da comunidade. Essa é a grande dificuldade que as Casas da Agricultura e Abastecimento colocam, em que elas exigem de cada um, inicialmente, um referencial de humildade, de vencer a si próprio, despojando-se do poder em favor da comunidade, que cada comunidade vai passar exercitar o poder, que antes era de cada um de nós. Isso realmente, é muito difícil, mas talvez até por ser difícil ou coincidentemente por ser difícil, é que é de alta valia.

Os benefícios que a humanidade tem até hoje, não advieram dos déspotas que prenderam discricionariamente o poder para si, sem transmití-lo a ninguém e usando em seu proveito ou de algum grupo. Mas foram exatamente aqueles que conduziram, lideravam um povo, as suas conquistas, as suas atitudes, que trouxeram à humanidade as maiores realizações e as maiores conquistas.

A Casa da Agricultura e Abastecimento tem esse sentimento, essa postura. A comunidade do Rio Grande do Sul, em silêncio, aplaudiu a EMATER, porque, em torno de 80% dos coordenadores das Casas da Agricultura e Abastecimento no Rio Grande do Sul, saíram dos quadros da EMATER. Estas são algumas questões que traço a reflexão dos senhores. O novo país que vamos viver, quer queiramos ou não, é um fato histórico diferente. Novos rumos na economia, quer queiramos ou não, vão acontecer. Novos rumos na política agrícola, quer queiramos ou não, vão acontecer e um movimento do meio rural onde estamos inseridos que, ou vamos saber direcionar, conduzir, orientar esse processo, ou vamos ficar à margem deles.

Eu sei da importância para o Estado e para o povo do Rio Grande do Sul que tem e pode ter a EMATER. Confio plenamente na capacidade dos senhores, em conjunto, em agir nesse sentido e ao trazer essas reflexões. Cumprimentos à Direção da EMATER e a todos os senhores, desejando que esse Seminário seja efetivamente profícuo em idéias e posturas de trabalho futuro dos senhores.

Muito Obrigado.

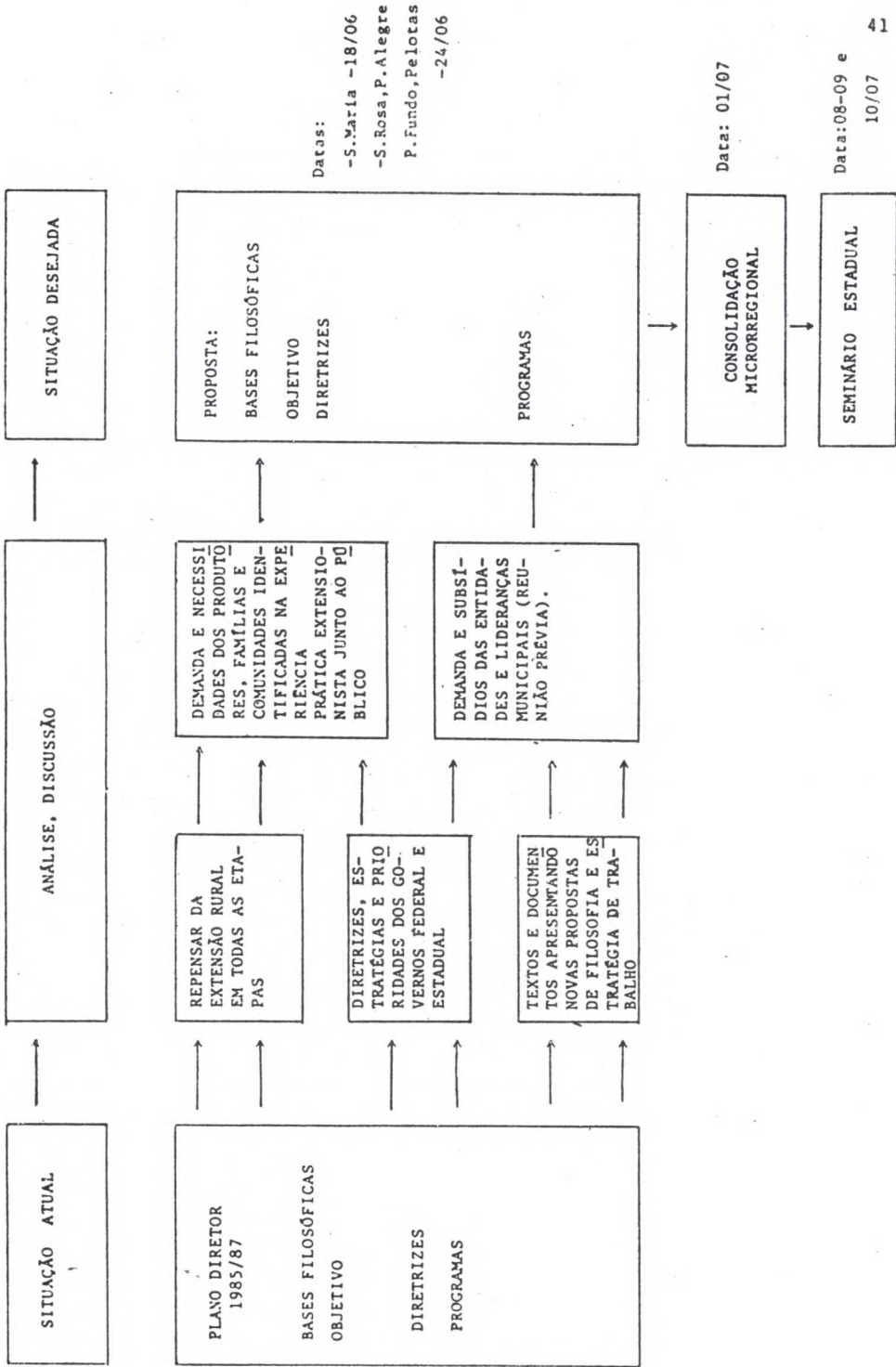
APONTAMENTOS DO DISCURSO DO PRESIDENTE DA EMATER/RS, ENGO AGRº CLÓVIS ANTÔNIO SCHWERTNER.

Este seminário é praticamente um Congresso de cunho altamente participativo. Começou com o "Repensar", e hoje estamos compatibilizando todas as propostas, emanadas das bases, e, principalmente, de nosso público-compromisso. É a própria comunidade tornando-se agente.

- . A partir de hoje, passamos realmente do discurso para a prática. Será institucionalizada a nova proposta de atuação da Extensão Rural. Não que já não existissem extensionistas trabalhando assim, mas a EMATER passa a assumir realmente as propostas, através de elaboração do Plano Diretor.
- . É uma ampliação do enfoque de trabalho, que não é mais somente transferência de tecnologia, mas, uma atuação mais abrangente, como preocupada com a conscientização política, social e cultural do meio em que atua.
- . Mas, sem descuidar da tecnologia e nem dos ganhos econômicos do agricultor. Entretanto, preocupada em auxiliar o agricultor a apoderar-se da riqueza que ele gera, e que, na atual situação, ainda são outros grupos que se beneficiam do trabalho do produtor rural.
- . O trabalho com as organizações, com os grupos, terá uma conotação mais forte, porque, através da consciência da união, surge uma força política, capaz de promover mudanças profundas, que a própria sociedade está exigindo.
- . Discutiremos um conceito de desenvolvimento adequado às reais necessidades do país e do Estado, mais abrangente do que o de crescimento econômico, colocando o homem e suas instituições como centro e como promotores deste desenvolvimento. O homem e a comunidade passam a ser sujeitos e não objetos. Nosso público é público-compromisso e não público-alvo. O que pressupõe interrelacionamento à ação conjunta,

em um processo participativo.

- . Também debateremos e definiremos uma linha de atuação integrada com outras entidades, como a Pesquisa e os órgãos que compõem as Casas da Agricultura e do Abastecimento.
- . Outra preocupação será com a Metodologia de Extensão Rural. Precisaremos construir outra forma de trabalho, uma vez que os métodos tradicionais ainda estão impregnados de formas persuasivas, criadas para um processo difusionista, que já não atende as necessidades de democracia e participação.
- . Procuraremos definir também diretrizes de atuação em Administração Rural, Crédito Rural, Programas Especiais e outras áreas de atuação. Procuraremos compatibilizar, dentro das necessidades da comunidade e dos planos de Governo, os Programas Especiais Nacionais e Estaduais, bem como os programas municipais.
- . Definiremos quais nossos programas prioritários, também embasados nas indicações das próprias comunidades que junto conosco elaboraram esta proposta.
- . E a prática participativa e democrática também se faz sentir na própria participação de vocês, que receberam delegação de seus colegas e de suas comunidades para estarem aqui, hoje, compatibilizando todas as propostas recebidas a nível de Estado.
- . Tenho certeza do pleno êxito do Seminário, e sei que esta nova postura por nós assumida já faz parte da personalidade extensionista, receptiva e aberta a mudanças de cunho democrático e de valorização do homem e seu meio ambiente.





SEMINÁRIO

EXTENSÃO RURAL: ENFOQUE PARTICIPATIVO

Dias 8 a 10-07-87

LOCAL Auditório e Salas do Prédio da EMATER/RS

OBJETIVO: Com base nas propostas elaboradas a nível Local/Microrregional, Regional e Central, discutir, compatibilizar e consolidar uma proposta de Bases Filosóficas, Diretrizes e Programas para subsidiar a elaboração do Plano Diretor 1987/91 da EMATER/RS, o qual deverá orientar a atuação da Organização nesse período.

METODOLOGIA: 1) Trabalho em grupo analisando, discutindo, compatibilizando, elaborando, e consolidando temas, com base em subsídios encaminhados pelas etapas anteriores, quais sejam:

- a) reunião com Lideranças e entidades a nível municipal;
- b) elaboração de propostas a nível de escritório municipal;
- c) consolidação/elaboração de propostas a nível Microrregional;
- d) elaboração de propostas a nível Regional e Central.

2) Apresentação, discussão, e aprovação das propostas em Sessão Plenária.

PROGRAMA:

Dia 8 - Quarta-feira

Manhã	8h	-	8h30'	-	Recepção dos Participantes
	8h30'	-	11h30'	-	Local: Auditório da EMATER/RS
					Abertura: Presidente da EMATER/RS
					Participação do Exmos. Senhores Governador do Estado, Secretário da Agricultura e do Senhor Presidente da EMBRATER.
Tarde	14h	-	15h	-	Local: Auditório da EMATER/RS
					- Apresentação do programa de trabalho - Distribuição dos temas e subsídios aos Grupos.

- 15h - 18h - Local: Salas designadas para cada grupo
 - Desenvolvimento dos temas para definição dos objetivos, diretrizes, estratégia, e programas, para a atuação da EMATER/RS. Trabalho de grupo.

Dia 09 - Quinta-feira

- Manhã 8h - 10h - Local: Auditório da EMATER/RS
 - Plenária - Nivelamento pelos grupos, quanto ao conteúdo, andamento e previsões sobre o trabalho. Coleta de Sugestões.
- 10h - 10h15' - Intervalo
- 10h15' - 12h - Salas designadas para cada grupo
 - Trabalho de grupo
- Tarde 14h - 18h - Continuidade aos trabalhos de grupo

Dia 10 - Sexta-feira

- Manhã 8h - 8h30' - Local: Auditório da EMATER/RS
 - Plenária - Definição do critério de apresentação e discussão das conclusões de cada grupo de trabalho.
- 8h30' - 10h30' - Plenária - Apresentação, discussão e aprovação das conclusões dos grupos de trabalho
- 10h30' - 10h45' - Intervalo
- 10h45' - 12h - Continuidade aos trabalhos da manhã
- Tarde 14h - 17h - Continuidade aos trabalhos
- 17h - 18h - Encerramento - Diretoria da EMATER/RS.

EMATER/RS

- ESCLARECIMENTOS SOBRE A PROGRAMAÇÃO

a) TEMAS PARA O TRABALHO EM GRUPO

- 1 - Os compromissos da Extensão Rural com a Sociedade (Bases Filosóficas).
Objetivos da Extensão Rural (EMATER/RS).
- 2 - Definição de diretriz geral quanto a público, considerando, e definindo diretrizes específicas quanto a prioridade a produtos básicos; estabelecimentos agropecuários, subdimensionados e microfunditários; Latifúndios, Empresa Rural e Minifúndio; Assentados; Sem-Terra; Assalariados; Mulher Rural; Jovem; Idosos; Unidade Familiar; Unidade de Produção; além de outros.
- 3 - Definição de diretrizes quanto a Organização Rural, levando em consideração, Produtor, Mulher e Jovem; Organizações formais e informais, entre outros aspectos.
- 4 - Definição de diretrizes quanto a atuação da Extensão Rural como instrumento político de mudança sócio-econômica, e como instrumento de conscientização política, social e cultural.
- 5 - Definição de diretrizes quanto a integração Interinstitucional considerando, além de outras, especialmente as áreas de Pesquisa e ensino, bem como, as Casas de Agricultura e a Municipalização.
- 6 - Definição de diretrizes para o planejamento, considerando além de outros aspectos, a operacionalização do processo participativo, e as etapas de Levantamento/Diagnóstico da Realidade, Planejamento, Acompanhamento e Avaliação.
- 7 - Definição de diretrizes sobre a participação da Extensão Rural na promoção do Desenvolvimento Rural Integrado considerando entre outros aspectos, os componentes: Agrícola; Social; Político e Cultural.
- 8 - Definição de diretrizes sobre a atuação da Extensão Rural na Transferência de Tecnologia considerando, além de outros aspectos, a Preservação Ambiental e as condições de saúde e segurança do trabalho.
- 9 - Definição de diretrizes sobre a Metodologia de Extensão Rural, e sobre a Comunicação na Extensão Rural, levando em conta entre outros aspectos, o processo educativo participativo permanente junto aos beneficiários.
- 10 - Definição de diretrizes sobre a Administração Rural levando em conta entre outros aspectos, a necessidade de visão sistêmica.

- 11 - Definição dos programas prioritários da EMATER e os seus objetivos e/ou diretrizes e estratégias.
- 12 - Diretrizes sobre a atuação da Extensão Rural em Crédito Rural, PROAGRO, Pesca, Reflorestamento, Comercialização e Abastecimento.

b) DEFINIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR TEMA/GRUPO

Feita segundo as prioridades informadas, através de sorteio do nome - Verificação do tema prioritário - alocação no grupo. Caso o grupo já estivesse completo, passava-se para a segunda prioridade e assim sucessivamente. Feita independentemente para os níveis Central, Regional e Local/Microrregional de modo a manter em cada grupo um mínimo de dois (2) representantes do Escritório Central, um (01) dos Escritórios Regionais e cinco (05) dos Escritórios Locais.

c) SUBSÍDIOS PARA O TRABALHO EM GRUPO

As propostas remetidas após os trabalhos nas Microrregiões, Regiões e Coordenadorias foram processados, identificando-se os temas/assuntos abordados. Uma cópia de cada proposta foi então recortada, separando-a nos doze temas acima. Cada grupo de trabalho recebe, portanto, todas as contribuições relativas ao seu tema. A consideração pelo grupo, dessas contribuições, é fundamental para que a proposta final elaborada/consolidada/compatibilizada, expresse a participação de todos os segmentos da Organização.

d) COORDENADOR E RELATOR DE CADA GRUPO

Cada grupo ao iniciar suas atividades escolhe o coordenador dos trabalhos, bem como o relator. O primeiro terá sob sua responsabilidade a racionalização dos trabalhos de modo a considerar/discutir/consolidar/elaborar/compatibilizar a proposta relativa aos(s) seu tema(s) no espaço de tempo disponível até a Sessão Plenária final.

Cabe ao relator apresentar nas sessões plenárias, a proposta desenvolvida no seu grupo, bem como, entregá-la, após a aprovação na Sessão Plenária do dia 10/07, ao Presidente dos Trabalhos, para que possa ser encaminhada a Diretoria da EMATER.

Não é necessária a preocupação com a datilografia prévia da proposta, já que, no decorrer das discussões, na plenária, poderão ocorrer alterações/exclusões/inclusões. Basta que o manuscrito e/ou colagens feitas sejam in-

teligíveis, e possibilitem a sua futura datilografia.

e) REUNIÃO PLENÁRIA DA MANHÃ DO DIA 09/07.

Esta reunião plenária tem por objetivo o nivelamento entre todos os participantes do Seminário, do conteúdo e orientação dada por cada grupo aos(s) seu(s) tema(s). Permite a visão global de todo o trabalho, bem como, que cada um, possa sugerir aspectos/pontos que a seu ver devam ser considerados, em determinado tema.

As sugestões deverão ser feitas, exclusivamente por escrito, indicando no topo o grupo/tema, e encaminhadas ao grupo respectivo através de recepcionistas presentes no auditório.

Somente as sugestões encaminhadas até as 12 horas, serão consideradas no decorrer dos trabalhos de grupo, a tarde.

f) REUNIÃO PLENÁRIA FINAL

Ver regulamento anexo.

Cada grupo apresenta o resultado do seu trabalho, submetendo-o ao Plenário para deliberação. Aprovadas na íntegra ou após inclusão/exclusão de pontos, o conjunto das propostas de todos os grupos se constituirá em uma proposta de Filosofia, Objetivo, Diretrizes, e Programas para a EMATER/RS no período 1987/91, a ser encaminhada pela Presidência dos Trabalhos da Sessão Plenária, à Diretoria.

ANEXO 6

TEMA - LOCAL - PARTICIPANTES

TEMA 1 - COMPROMISSOS E OBJETIVOS DA EXTENSÃO RURAL

6º andar: SALA CTA

PARTICIPANTES: Cláudio Marques Ribeiro, Paulo E. Rodrigues, Carmem Lúcia Ferreira, Jorge Pedrinho Pfistcher, Jorge Aristimunha, Maria Helena Binotto, Marinês Resinger, Alberto Lunardi, Edília Liotto, Luiz A. Trindade.

TEMA 2 - PÚBLICO

5º andar: SALA DE REUNIÕES DA COAFI

PARTICIPANTES: Antonio Carlos Miranda, Celito Reffatti, José Artur Grivicich, Edith Przyczynski, Rosemari Salete Munerolli, Maria de Lourdes Sbroglia, Lauro Colle, Eliseu Dallmann, Airto Bravo, José Milton Custódio, Rejane Maria Flores.

TEMA 3 - ORGANIZAÇÃO RURAL

5º andar: SALA COAFI

PARTICIPANTES: Zacheu Gomes Canellas, Jair Seidel, Cecília Pickler, Pedro A. Carara, Zenilda Souza Machado, Osvaldo Guadagnin, Flávio Fagonde, Daltro Gonçalves Machado, Mariluce Oliveira Chagas, Jorge André Zacarias, Aldo Fossã.

TEMA 4 - EXTENSÃO RURAL COMO INSTRUMENTO DE MUDANÇA

3º andar: SALA CODES

PARTICIPANTES: Dulphe P. Machado Netto, Paulo Antônio Franco Sá, José Mauro Cachapuz, Odilo A. Friedrich, Gilberto Pozzobon, Joacir Zanichin, Maria de Lourdes Franceschet, Ademir Neuhaus, Fábio de Almeida M. Costa, Josué Trindade.

TEMA 5 - INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

2º andar: SALA BIBLIOTECA

PARTICIPANTES: José Luiz B. de Azambuja, Bruno Kirchof, Bruno J. Ely
Fernando Fagundes, Tailor da Luz Garcia, Alcedir Drum de Santos, Arnaldo José Basso, Cezar Henrique Ferreira, Carlos Requião.

TEMA 6 - PLANEJAMENTO

5º andar: SALA REUNIÕES CPLAN

PARTICIPANTES: Janio Guedes Silveira, Henrique Bartels, Nedi Maicá de Mello Paul Hienz Krahenhofer. Luiz Fernando Gerhard, André Kirch, Marli Terezinha B. Sbabo, Nelson Baldasso, Ivânio Grespan.

TEMA 7 - DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

5º andar: SALA FUNDO CPLAN

PARTICIPANTES: Theodoro Tedesco Neto, Jorge Luiz Gomes, Odelta Ramirés de Quadros, Péricles F. Lucas de Oliveira, Maria Helena Vidor, Roberto Antônio Fantoni, João Francisco Caino, Carlos Peter sen, Salete Manica, Marlene Felini, Dalila Thierveiler.

TEMA 8 - TRANFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

4º andar: SALA DE REUNIÕES DA UNIDEC

PARTICIPANTES: Ricardo Schwarz, Antonio Carlos Preussler, Sergio Drumm Edmar Streck, Ricardo Ramos Martins, Eloi Paulo Portolan, Alzeni Morais, Alfeu Pinheiro Almeida.

TEMA 9 - METODOLOGIA E COMUNICAÇÃO

4º andar: Sala de Reuniões da UNIDECRI

PARTICIPANTES: Renato Iuva, Nelcia Maria M. Pinto, Alceu Schneider, Luiz Trevisan, Terezinha Jacó Alves, Egon Thurow Gilmeister, Giselda Panasolo, Ambrósio Horn, Adeleir Pedrassani

TEMA 11 - PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

4º andar: SALA DE REUNIÕES COPER

PARTICIPANTES: Francisco Roberto Caporal, Cláudio Pereira de Mattos, José Ivan da Rosa, Genoir Odorissi, Antônio Guilherme B. Reis, Vicente Cléo Rodrigues, José Francisco Lopes, Marco Antônio Vanoni, Peri O. Korb.

TEMA 12 - CRÉDITO, PROAGRO, ADMINISTRAÇÃO RURAL

3º andar: SALA REUNIÕES CODES

PARTICIPANTES: Caio Tibério da Rocha, Carlos Piva, Toni Madruga, Pedro Luiz Wagner, Paulo Gobus, Almeri C. Reginatto, Itacir Mello Barreto Luiz Antonio Busatto, Maurílio Rodrigues da Silva.

ANEXO 7

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO

Com base na ficha de avaliação preenchida pelos participantes no Seminário (dias 08 a 10/07/87) apresentam-se a seguir os percentuais relativos às respostas informadas:

1) Avaliação quanto ao programa

Especificações	Ótimo	Bom	Regular	Mau
Conteúdo	35,3%	58,3%	4,8%	-
Metodologia	29,2%	56,0%	10,9%	-

2) Avaliação da participação do grupo

a) Você entendeu bem os objetivos do Seminário?

Sim 91,4%

Não 2,4%

b) Você perguntou para se esclarecer em relação aos objetivos e metodologia do Seminário?

Sim 57,3%

Não 40,2%

c) Durante o Seminário você foi, mais?

Defensivo 3,6%

Inibido 1,2%

Competitivo 3,6%

Franco 51,2%

Amigo 9,7%

Desinteressado -

Interessado 63,4%

Cooperativo 64,6%

d) Você foi objetivo e direto nas suas participações, atendo-se ao assunto em debate?

Sim 95,1%

Não 2,4%

e) Você contribuiu para a discussão em grupo?

Sim 95,0%

Não 2,4%

f) Em todos os momentos você teve oportunidade de se manifestar?

Sim 90,2%

Não 8,5%

g) Na sua opinião, a participação foi centralizada no grupo ou centralizada no Coordenador?

No grupo 93,9%

No Coordenador 2,4%

h) Você assumiu responsabilidade nas tomadas de decisões?

Sim 92,6%

Não 1,2%

i) Na sua opinião, as diferenças entre as idéias geraram:

A sua compreensão nos assuntos em debate 67%

Conflitos que dificultaram o progresso do grupo 18,22%

Novas propostas 58,5%

f) Na sua opinião o grupo foi realista nas suas propostas?

Sim 91,4%

Não 4,8%

k) Você fez propostas nas quais incluiu sua participação efetiva?

Sim 24,1%

Não 9,7%

3) Avaliação quanto à organização

Especificação	Ótimo	Bom	Regular	Mau
Hospedagem	7,3%	30,4%	24,3%	4,8%
Transporte	29,2%	35,3%	2,4%	
Horário	32,9%	57,3%	4,8%	2,4%
Estrutura de apoio	45,1%	42,6%	7,3%	
Coordenação	41,4%	50,0%	4,8%	

